

Mídia e guerra: enquadramentos do Iraque¹

Alessandra Aldé²

A intenção deste trabalho é explorar algumas das interfaces relevantes da relação que se estabelece entre Estado, sociedade e meios de comunicação de massa em uma situação de guerra. Partimos da discussão de algumas premissas teóricas e históricas que fundamentam esta relação em um contexto democrático, para em seguida analisar os principais enquadramentos dados pela grande mídia, no Brasil e no mundo, à invasão do Iraque pelos Estados Unidos, em 2003.

É possível dizer, a partir desta análise preliminar, que o fato de tratar-se de uma guerra de baixo consenso em termos mundiais contribuiu para pluralizar o espectro da cobertura jornalística, permitindo a circulação de vozes e enquadramentos ausentes em outros ataques e invasões. Foi possível identificar quatro enquadramentos principais que moldaram, em geral, a cobertura deste conflito: o militar, o econômico, o humanista e o político. A pluralidade de leituras, como veremos, ganhou espaço diferenciado na mídia mundial e brasileira.

Neste contexto, ganharam muita visibilidade os esforços explícitos dos Estados Unidos e Inglaterra, e de suas forças armadas, no sentido de controlar as informações da imprensa livre sobre a guerra. A própria revelação e repercussão negativa desta manipulação sinaliza para seu fracasso enquanto estratégia de comunicação com o objetivo de conferir legitimidade à iniciativa americana. Embora as principais emissoras e alguns jornais dos Estados Unidos tenham efetivamente encampado a “guerra de Bush”, temos acompanhado uma imprensa polarizada e atenta, pressionada por novos emissores, como as redes árabes de televisão, e pela comunicação dinâmica e descentralizada da internet. No Brasil, a superficialidade e limitação de enquadramentos dos telejornais de maior audiência contrastou com os noticiários da TV paga e com a cobertura dos jornais impressos.

¹ Este artigo retoma algumas reflexões originalmente apresentadas no Simpósio “A Guerra do Iraque e as primeiras consequências da doutrina de segurança nacional dos Estados Unidos da América de setembro de 2002”, realizado em julho de 2003 pelo Centro de Estudos Político-Estratégicos da Escola de Guerra Naval (RJ).

² Jornalista e doutora em Ciência Política, professora do Departamento de Teoria da Comunicação – Faculdade de Comunicação Social, da UERJ, e pesquisadora associada do Doxa (Laboratório de Pesquisa em Comunicação Política e Opinião Pública), do Iuperj.

Convém lembrar o caráter provisório destas notas, baseadas na análise não sistemática das notícias da época, que pretendemos futuramente ordenar mais objetivamente. Alguns traços desta abordagem preliminar indicam, justamente, a relevância do objeto e o rendimento de uma perspectiva baseada na análise de enquadramentos.

1. Informação e patriotismo em situações de guerra: imprensa e democracia

As relações entre os meios de comunicação de um país em guerra, seu Estado e sua sociedade podem ser abordadas a partir de vários ângulos. Cabe destacar o ponto de vista estratégico do ator que está em guerra – o próprio Estado, suas forças civis e militares. Também interessa a perspectiva da sociedade cujo poder, numa democracia, o Estado representa, e cujos interesses podem ou não coincidir com os deste último. Por fim, também influirá no tipo de jornalismo sobre uma guerra o próprio *modus operandi* dos jornalistas de dado país, naquele momento histórico: as práticas, rotinas e expectativas profissionais das pessoas envolvidas na produção das notícias.

A partir da perspectiva estratégica do Estado que está empenhado numa guerra, é evidente que sempre considera e declara estar lutando uma guerra justa, pois ou a declarou por motivos que considera válidos, ou está reagindo na medida que considera adequada a um inimigo claro. Um Estado sempre terá seus motivos e interesses, explícitos ou não, legítimos ou iníquos, para entrar em guerra. A comunicação é um dos elementos estratégicos considerados pelo esforço de guerra, tanto no sentido da propaganda oficial quanto na conquista e manutenção do apoio da opinião pública, tarefas nas quais a chamada imprensa livre desempenha um papel fundamental. Quanto maior o controle dos decisores sobre a divulgação dos fatos e eventos do conflito, tanto melhor para seus objetivos. Como a qualquer ator político, interessa a um Estado em guerra fortalecer o consenso em torno de sua própria versão dos acontecimentos.

É preciso lembrar, no entanto, que o Estado é representante dos interesses da sociedade, e um regime democrático se estabelece sobre o princípio de que esta mantém certos mecanismos de controle, principalmente eleitorais, para garantir que o Estado não abuse do poder consentido. Não há uma simbiose automática entre os interesses de um Estado e os da sociedade cujo poder ele concentra. Neste sentido, desde o estabelecimento das modernas democracias liberais, e em especial desde a Revolução Francesa, a existência de uma imprensa livre tem sido um dos critérios fundamentais para avaliar o grau de pluralismo existente numa sociedade. O

pluralismo político é característico da democracia na medida em que prevê a existência de uma oposição consentida, e em que aceita como legítimas as divergências em relação à condução da política, em cada momento.

Imaginar que a imprensa deva posicionar-se incondicionalmente a favor de qualquer política adotada pelo Estado que ocupa o poder naquele momento, mesmo militar, é diminuir seu papel na construção de uma sociedade democrática, negando ao público a possibilidade de repudiar os atos ilegítimos do Estado que o representa.

Por outro lado, é impossível negar o poder efetivamente exercido pelo Estado no sentido de influenciar a agenda dos meios – especialmente, mas não exclusivamente, em situações de crise e guerra. Já na própria cobertura rotineira da política, percebemos que os atores políticos oficiais contam com vários recursos para procurar controlar a cobertura dos meios de comunicação de massa, fornecendo-lhes eventos de mídia, declarações oficiais, imagens exclusivas ou pitorescas. Para questões políticas, polêmicas ou não, a imprensa dificilmente deixará de ouvir a versão oficial. A administração Reagan, nos Estados Unidos dos anos 80, é estudada como um dos exemplos emblemáticos de uma colaboração intensa entre a assessoria oficial da presidência e os meios de comunicação: a primeira empenhava-se na produção de “boas imagens” e eventos espetaculares, adequados às necessidades formais da televisão; esta, por sua parte, demorou a perceber em que medida esta divulgação acrítica da agenda da Casa Branca significava, na verdade, uma medida importante de manipulação, que impedia os jornais de investigar problemas pautados por eles mesmos e fazer perguntas inconvenientes, sem respostas preparadas pelos assessores do governo (ver Reese, 1995). No Brasil também vemos, na cobertura eleitoral ou de situações conflituosas, como a “versão oficial” sempre ganha destaque. Dificilmente as matérias jornalísticas deixarão de trazer os depoimentos das “autoridades competentes”, e nas sucessivas eleições dos anos recentes constatamos que candidatos com mandato sempre se beneficiam de maior espaço na cobertura jornalística.

Qualquer guerra coloca no entanto ao jornalismo problemas específicos, uma vez que remete ao antagonismo direto, à política da força, em que, dado certo objetivo, todos os meios são válidos para atingi-lo. Numa guerra, é difícil dissociar o interesse público ou nacional do interesse do Estado; a posição dos jornalistas de um país em guerra é complicada, portanto, pelo patriotismo inscrito em sua própria nacionalidade. O comando da guerra, por sua vez, empenha-se em mobilizar este sentimento, convencendo a opinião pública da validade e legitimidade do conflito; para isso, ter os jornalistas alinhados ao enquadramento oficial é estratégia fundamental.

No esforço de guerra, cada parte envolvida procurará oferecer aos meios as “melhores histórias”. O Estado procurará inevitavelmente restringir e orientar os enquadramentos disponíveis sobre uma guerra – que, no entanto, sempre possui o “outro lado”, dada a própria lógica do antagonismo. Assim, da mesma forma que despejar folhetos de propaganda traduzidos para o árabe – ou o governo do Iraque fazer circular vídeos com discursos de Saddam Hussein – o esforço de guerra envolve garantir, tanto quanto possível, a divulgação pela imprensa livre da “versão oficial” dos acontecimentos.

Este dilema que confronta os jornalistas de um país em guerra revela-se claramente na análise de alguns exemplos históricos. As duas grandes guerras mundiais são fartamente ilustrativas dos esforços das nações envolvidas no sentido de usar o jornalismo para mobilizar favoravelmente a opinião pública. Se, por um lado, Hitler usava o rádio, o cinema e a imprensa para promover os ideais e feitos do nazismo, o desembarque dos soldados aliados na costa francesa no dia D, bem como a tomada americana das ilhas do Pacífico, também obedeceram a organização e produção profissionais, em que pela primeira vez o governo norte-americano empenhou-se em enviar fotógrafos e cineastas para dirigir os cenários, personagens e histórias da guerra, a fim de garantir as imagens de impacto que circularam o mundo. O desembarque dos fuzileiros americanos efetivamente se deu, bem como a bandeira hasteada na ilha de Iwo Jima; mas a seleção de imagens e textos pode ser suficiente para organizar a informação dentro de certos enquadramentos. Trata-se de uma modalidade de manipulação; a colaboração entre Estado e meios de comunicação procura reforçar o poder persuasivo e o impacto das imagens sobre a opinião pública.

A aceitação, pela imprensa e opinião pública, desta versão “parcial” da guerra vai depender, em grande medida, do grau de consenso que existe sobre o conflito na sociedade. Segundo Daniel Hallin (1994), existem três “regiões” em que navega a cobertura jornalística de temas políticos: a esfera do consenso, a da divergência vista como politicamente legítima e a da divergência vista como ilegítima, cuja “versão” dos fatos não necessariamente deve ser divulgada, como a de bandidos, terroristas ou espões.

A atuação da imprensa americana na cobertura da guerra do Vietnã, para Hallin, confirma sua tradição de objetividade e apartidarismo, mas também as “íntimas conexões entre a mídia e o governo”. A pesquisa empreendida por este autor a partir dos jornais e telejornais da época demonstra que, ao contrário do que geralmente se imagina, não foi a cobertura crítica feita pelos jornais ao conflito que mobilizou a opinião pública e, em decorrência, o próprio Estado. A ordem causal, de acordo com a

cronologia dos jornais, os enquadramentos adotados e as fontes recorrentes no noticiário, é inversa: a imprensa, efetivamente, abriu-se para versões divergentes e críticas em relação à guerra do Vietnã no momento em que esta começou a ser questionada no interior do próprio poder – este sim, preocupado com os efeitos negativos junto ao eleitorado do morticínio de jovens americanos. Enquanto o repúdio à guerra mobilizou apenas setores politicamente marginais da sociedade, como grupos organizados de esquerda e estudantes universitários, os noticiários prosseguiram dando ênfase e espaço para a versão oficial. À medida que o questionamento da legitimidade e eficácia da guerra passou a contar com discursos de deputados no próprio Congresso, a cobertura jornalística mudou consideravelmente. Mais do que conduzir a opinião pública, portanto, a mídia rendeu-se à tensão crescente na própria esfera política.

Podemos remeter, ainda, à participação americana nas guerras de contra-insurgência na América Central, nos anos 80. Condenado pela ONU (no caso da Nicarágua, os EUA vetaram decisão do Conselho de Segurança que estabelecia a retirada das forças americanas e o ressarcimento financeiro ao país), o envolvimento militar dos Estados Unidos obteve uma cobertura menos hegemônica que a guerra do Vietnã, embora o governo enfatizasse o caráter ideológico das revoluções centro-americanas dentro de um contexto internacional bipolar, que legitimava as ações de força patrocinadas pelos EUA como “defesa da liberdade” contra os regimes comunistas – mesmo que geralmente aliando-se a elites conservadoras locais das mais autoritárias. Tratava-se, no entanto, de uma situação em que o consenso social e, principalmente, político em torno da “versão oficial” já se encontrava esgarçado. O próprio cenário internacional da Guerra Fria fazia com que existissem jornalistas do “outro lado”, ligados ou simpatizantes do bloco socialista, emissores de enquadramentos contrastantes, que podiam ser minoritários mas contribuíram para uma cobertura mais pluralista mesmo na imprensa americana.

Estes exemplos mostram que, de modo geral, a cobertura jornalística de um conflito internacional tende a acompanhar o grau de consenso nacional e mundial em torno da legitimidade da guerra. O caráter polêmico que acompanhou a invasão do Iraque pelas forças americanas e britânicas, em 2003, refletiu-se na cobertura dada ao conflito, que já começou sob cisão internacional. A mídia acompanhou o longo processo de negociação dos EUA com a ONU, as inspeções infrutíferas e os relatórios suspeitos, sua busca de apoios bilaterais com vários países. Antes mesmo de começada, a guerra já encontrou resistência e oposição formal que os meios reproduziram, dando maior ou menor ênfase à autoridade afrontada da ONU ou às

manifestações pela paz. Assim, embora as grandes emissoras americanas de televisão tenham sido bastante parciais e patrióticas, mesmo nos Estados Unidos a cobertura jornalística teve espaço para uma pluralidade de enquadramentos e comportamentos variados por parte dos meios.

2. Pluralismo de enquadramentos e jornalismo de guerra

Insistimos no ponto de que uma cobertura democrática da política, em qualquer ocasião, implica a oferta, para a sociedade, de informação com pluralidade de enquadramentos. O fechamento de enquadramentos, numa guerra, pode levar no limite à adoção restrita da versão oficial, reduzindo a possibilidade dos cidadãos de elaborarem suas opiniões a partir da comparação entre diferentes aspectos e perspectivas sobre o conflito. A reação da imprensa e dos intelectuais dos Estados Unidos e do mundo ao ataque e derrubada das torres gêmeas, em setembro de 2001, ilustra bem a tendência, num conflito, da identificação do “nosso lado”: uma nação sob ataque encontra rapidamente uma unidade simbólica que lhe permite organizar a reação. Qualquer versão alternativa, neste momento, tende a ser facilmente descartada como anti-patriótica.

O veterano correspondente de guerra Chris Hedges, em seu livro “War is a force that gives us meaning”, aborda justamente o mito social que toma corpo em situações de conflito internacional, e que envolve a suspensão da auto-crítica, a adoção dos clichês oferecidos pelo governo e um certo sentimento de orgulho pela própria capacidade de conformar o mundo à “nossa” verdade. “Questionar as decisões do Estado, em um momento de guerra, é facilmente interpretado como traição, mas também implica sentir-se excluído da ‘entidade comunal’ na sociedade que é sempre criada por uma guerra. Trata-se de uma experiência difícil, solitária e dolorosa. A maioria das pessoas acha muito mais conveniente, e também mais agradável, emocionalmente, simplesmente acompanhar a versão oficial”, argumenta Hedges. Neste sentido, a guerra tem um caráter liminar, incentivando a identificação maniqueísta com o “bem”, contra o “mal” do outro lado. A retórica do governo Bush, no caso em estudo, aproveitou-se explicitamente desta tendência, apresentando argumentos de fundo religioso como quando batizou de “cruzada” os esforço anti-terroristas dos Estados Unidos.

Por outro lado, as rotinas e necessidades produtivas da indústria jornalística, empenhada em cativar e manter sua audiência, impõem aos jornalistas e editores certas escolhas que têm conseqüências políticas relevantes. Na posição de um editor

de jornal interessado em publicar notícias sobre a guerra do Iraque, a possibilidade de acompanhar a frente de batalha representa, ao mesmo tempo, uma oportunidade imperdível de obter notícias e informações e uma redução das fontes a uma só, a oficial. Considerando que, em Bagdá, o próprio governo, até o início da guerra, e os americanos depois constituíram sérias barreiras à obtenção de informação relevante, ter em mãos as imagens e notícias do front ainda significa ter algo a mostrar no telejornal da noite. Os jornalistas “embutidos”, neste sentido, embora não sejam novidade em termos de jornalismo de guerra, reforçaram este sentido de patriotismo.

Aqui, notamos como o ponto de vista do jornalista, ou seja, as demandas e imperativos do ofício e as condições efetivas de trabalho no campo, também são determinantes para as características do jornalismo de guerra. Até os primeiros bombardeios, uma das principais reclamações dos jornalistas em Bagdá era o controle que o governo iraquiano procurava exercer sobre o que a imprensa via e ouvia. O governo cobrava taxas elevadas dos jornalistas estrangeiros, e organizava comboios de jornalistas que só tinham acesso, é claro, às declarações e cenários oficiais. A partir do início do ataque, a dificuldade passou a ser o controle por parte das forças invasoras. O jornalista empenhado em produzir informação nova, crítica ou relevante, muitas vezes via-se obrigado a agir na mesma lógica da guerra, quase como um espião inimigo, subornando fontes e ludibriando guias e motoristas, para escapar ao controle da informação pelas forças em guerra.

A tensão entre mídia e governo se reflete em episódios como a demissão do jornalista veterano Peter Arnett pela NBC, depois de entrevista à emissora estatal iraquiana em que fazia uma análise crítica à estratégia de guerra de seu país e aos problemas inesperados enfrentados. Qual a posição do jornalista? Representante do seu país? Embora seu compromisso seja com a sociedade americana, e não com o governo Bush, a visibilidade da mídia e sua influência junto à opinião pública, como já vimos, tornaram sua situação especialmente delicada.

Na cobertura americana, houve diferenças evidentes entre os veículos e tipos de mídia. Os jornais impressos foram mais “objetivos”, menos patrióticos do que as grandes emissoras de televisão. Jornais como o *Wall Street Journal*, por exemplo, desde o ataque às torres gêmeas, em 2001, já abriam espaço para depoimentos de árabes economicamente influentes e críticos da política internacional americana para a região. Por outro lado, o que se viu nas grandes emissoras, especialmente o canal Fox e a CNN, a cabo, foi uma adesão bastante explícita ao esforço de guerra, com momentos de patriotismo emotivo, e de declarações no sentido de reforçar o consenso, o sentimento de união em torno da “nossa guerra”, a guerra dos “nossos”

contra "os outros". Jornais como o *New York Times*, *Los Angeles Times*, *Washington Post* foram mais equilibrados, reproduzindo a falta de consenso em nível mundial em torno do conflito.

É interessante notar como, à medida que o consenso se esgarça dentro do próprio bloco de poder nos Estados Unidos, a cobertura jornalística torna-se gradualmente mais plural e crítica do governo e do Pentágono. Esta ruptura no consenso sobre a pertinência da guerra, que pode ser percebida nos debates parlamentares do Congresso, bem como nos questionamentos e cobranças que começam a ocupar espaço nos jornais, encontra ganchos eficientes na fragilidade da justificativa da Casa Branca para continuar a guerra e na resistência dos milicianos iraquianos, mas também contém sua dose de cálculo eleitoral, pois as eleições de 2004 podem trazer um eleitorado menos satisfeito com os resultados da agressividade internacional de Bush.

Por sua vez, a imprensa da Inglaterra, onde a guerra despertou desde o início uma reação mais polêmica por parte da opinião pública, tem se mostrado bastante empenhada em esclarecer a opinião pública e divulgar as manipulações do Estado, mesmo através de seu principal canal estatal de televisão, a BBC.

Além da própria fragilidade do consenso em torno da guerra, ao menos em termos internacionais, dois elementos novos, a meu ver, contribuíram para a existência de uma pluralidade de enquadramentos sobre a atual invasão do Iraque: as televisões árabes, em particular a Al Jazeera, e a internet.

A emissora do Catar, base militar americana e um posto avançado do estilo de vida ocidental no Oriente Médio, mereceria um capítulo à parte, sendo sua atuação apontada por analistas políticos internacionais e provocando reações por parte dos Estados envolvidos no conflito. Acusada por pelos governos americano e britânico de parcialidade na cobertura, após mostrar imagens de cadáveres e prisioneiros de guerra ocidentais, a Al Jazeera defendeu-se apontando para a parcialidade da cobertura das emissoras americanas, que só mostravam as baixas do "outro lado". Em diversos momentos do conflito, a emissora do Catar, falada em árabe, foi a única a ter correspondente nos locais de confronto, e suas imagens ajudaram a desmontar algumas das operações de manipulação da informação, como as revoltas xiitas no sul em apoio aos invasores, na verdade manifestações reduzidas e estimuladas à força de armas. Assim como o enquadramento bélico, a perspectiva dramática da guerra também tem evidente apelo na televisão – haja vista o cuidado de todas as nações em guerra em esconder seus cadáveres da avidez jornalística por imagens, máxima confirmada no atentado do 11 de setembro, em que se censurou a veiculação de

corpos e destroços. A imagem dramática do menino que perdeu os braços no bombardeio a Bagdá, assim, com maior ou menor destaque, dificilmente deixaria de ganhar algum espaço na cobertura.

A internet, por sua vez, também desempenhou um papel relevante na pluralização dos enquadramentos disponíveis nos meios de comunicação. Seria possível argumentar que, embora plural e descentralizada por definição, a rede ainda é muito pouco acessível para ser considerada como um elemento de mobilização da opinião pública. No entanto, cabe notar que a informação instantânea e múltipla da internet está disponível, justamente, para os atores que contam numa situação deste tipo: os jornalistas, órgãos da imprensa, organizações multilaterais e não-governamentais podem buscar ativamente, e fazer circular, outras histórias, imagens e enquadramentos, escapando das tentativas de controle por parte dos Estados envolvidos no conflito e contribuindo para sua discussão junto à esfera pública.

Observando a cobertura jornalística do conflito do Iraque, pudemos identificar quatro enquadramentos principais, importantes na medida em que as diferentes ênfases dadas por cada país ou veículo nos revelam as escolhas políticas implícitas no noticiário.

a) O enquadramento *militar* ou belicista, centrado nas táticas e estratégias de guerra, nos arsenais e equipamentos, foi o que enfatizou as informações sobre armamentos, trajetórias, mapas, manobras, movimentos, comparação de forças etc. Trata-se de uma perspectiva naturalmente atraente para os meios de comunicação de massa, dada a carga dramática e imagética de qualquer conflito, e portanto é previsível que seja um dos enquadramentos mais recorrentes.

b) O enquadramento *econômico*, por sua vez, aponta para as eventuais motivações econômicas da guerra, e para as possíveis conseqüências da derrota e ocupação do país inimigo. No caso do Iraque, este enquadramento permitiu uma perspectiva crítica, desde o momento em que boa parte da cobertura apontou as motivações energéticas da guerra, o interesse americano nas reservas petrolíferas do Iraque.

c) O enquadramento *humanista* concentra-se nos efeitos da guerra sobre as populações submetidas, nas perdas humanas e na destruição civil.

d) O enquadramento *político* aponta para os significados públicos da guerra, o processo de tomada de decisões e exercício do poder, com suas relações de alianças e repúdios, e seus efeitos para a ordem internacional.

O enquadramento humanista é um bom exemplo de como as imagens fornecidas pelas redes árabes de televisão às agências e emissoras internacionais

contribuíram para “forçar” este ponto de vista mesmo à mídia americana. A comparação com a cobertura da primeira Guerra do Golfo, em 1991, é esclarecedora. As centenas de milhares de iraquianos mortos naquela ocasião e nos anos que se seguiram tiveram menos destaque, nas imagens da mídia, dos que os pássaros grudados nos vazamentos marítimos de petróleo. Predominaram, em geral, as imagens de bombardeios esverdeados, ao longe, que reforçavam o caráter “limpo e cirúrgico” da intervenção americana, enquadramento que se impôs à cobertura internacional pela censura americana, em uma estratégia deliberada de desinformação do público (ver Kellner, 2001).

Vale lembrar o grau de consenso que envolvia, então, a iniciativa militar dos Estados Unidos de George Bush pai, apoiada pela ONU e por uma ampla coalização de países, e calcada na justificativa de defender o Kuwait da invasão iraquiana. Proibidos de acompanhar os acontecimentos no teatro de operações, de mostrar a guerra pelo lado iraquiano, jornalistas de todos os países tiveram que se contentar com as imagens oficiais e o centro de imprensa internacional, controlado pelos aliados invasores.

Em 2003, a invasão do Iraque, apesar das iniciativas do Pentágono e do governo americano no sentido de promover uma cobertura favorável, em que se inclui a discutida presença de jornalistas “embutidos” nos grupos de combate, não teve a mesma assepsia de imagens, o que se deve, em grande medida, além do menor grau de consenso, também à existência de notícias e imagens provenientes de várias fontes conflitantes. Assim, o enquadramento militar e patriótico do conflito dividiu espaço com perspectivas mais críticas, como em exemplos da imprensa européia e brasileira, mas também nos principais jornais impressos americanos.

Com a ocupação e a continuação dos conflitos no Iraque, na medida em que o consenso em torno da guerra, suas motivações e conseqüências, deixa de existir no próprio Congresso americano – com os representantes do partido democrata questionando as iniciativas do governo Bush – a imprensa do próprio país passou a rever alguns episódios, como o resgate da soldada Jessica Lynch, uma produção realizada e distribuída pelo Pentágono, dando conta de sua resistência, ferimentos e de uma operação militar delicada e arriscada para seu salvamento. Temos aqui um exemplo interessante da diferença de postura entre as emissoras jornalísticas dos dois países que encontravam-se igualmente empenhados na guerra. Partiu da TV estatal inglesa, a BBC, a iniciativa de revelar a manipulação que cercou o episódio: o hospital em que se encontrara a soldada, na verdade, já estava ocupado pelas forças americanas, não houve resistência ou ferimentos. Boa parte da carga dramática de

uma das primeiras “histórias” a circularem sobre o conflito, assim, era invenção. A BBC julgou que seu principal compromisso era de esclarecimento da sociedade, e só depois desta denúncia é que a grande imprensa americana – *Washington Post* à frente – admitiria ter sido manipulada pelo Pentágono.

Exemplo da mesma ruptura de consenso pode ser visto na derrubada, pelo povo iraquiano, da estátua de Saddam Hussein em Basra, episódio cujas imagens circularam o mundo nas televisões e jornais. A cena revelou-se uma produção cuidadosamente coreografada, em que as câmeras focalizaram, em enquadramentos fechados, os poucos manifestantes organizados pelas forças militares invasoras, cercados e controlados por tanques, como depois revelaram imagens feitas por outros emissores jornalísticos, como um fotógrafo espanhol, e cuja circulação na internet permitiu sua publicação em veículos alternativos da imprensa. Uma após a outra, assim, produções das forças armadas foram sendo desmascaradas, forçando mesmo as emissoras de televisão americanas – talvez com a exceção, nada honrosa, da Fox News – a proceder a revisões dos acontecimentos.

Assim, ao contrário das duas guerras mundiais e de conflitos como a primeira Guerra do Golfo, vistas como legítimas e contando com amplo consenso junto à opinião pública americana e mundial, a atual guerra contra o Iraque, cujos desenvolvimentos ainda acompanhamos, mostra-se como um conflito polêmico, dando margem a várias interpretações e perspectivas em nível mundial.

3. A guerra deles: espectadores do conflito

Um último ponto a considerar, a partir de nossa perspectiva específica, é como poderia ser uma cobertura pluralista da guerra do ponto de vista de uma nação que não participa diretamente do conflito, como o Brasil. Em primeiro lugar, vale lembrar que a própria posição diplomática brasileira, de não apoio ao confronto, balizou e autorizou uma cobertura crítica e plural, confirmando o ponto, levantado anteriormente, de que a versão do Estado – no caso, o Estado brasileiro – costuma encontrar respaldo nos meios.

Aqui, também tivemos um cobertura diferenciada no que diz respeito aos veículos de comunicação, com diferenças marcantes entre os vários noticiários da televisão aberta, os jornais impressos de circulação nacional, as revistas semanais e as emissoras a cabo. Os noticiários de maior audiência, como o Jornal Nacional, e revistas semanais de grande circulação, como a *Veja*, apresentaram enquadramentos mais simplistas, tendendo a reforçar uma visão estereotipada das forças em conflito e

contrastando com a cobertura em geral, que, apesar das limitações contextuais no acesso a imagens e informações “quentes” da guerra, mostrou-se plural, criativa e competente.

Neste sentido, a revista *Veja* foi exemplo da adoção da perspectiva militarista da guerra, embora oferecesse às vezes enquadramentos políticos e econômicos para avaliar a leitura de mundo que oferecia. As capas e maioria das matérias, no entanto, sempre chamavam a atenção para a disparidade de forças, enfatizando a superioridade americana; várias matérias dos primeiros meses de 2003 empenharam-se em retratar as monstruosidades de Saddam Hussein e seu regime, com poucas linhas para esclarecer o papel dos Estados Unidos na consolidação de seu poder. Em vários momentos, a revista reproduziu as ridicularizações dos norte-americanos às manifestações pacifistas de outras partes do mundo, inclusive do Brasil, dando a guerra como inevitável e tecnológica, política e economicamente eficiente.

Avançando um pouco na escala do pluralismo jornalístico, nos telejornais de maior audiência também predominou o enquadramento belicista, que reforça, não há dúvida, o lado militarmente mais poderoso, chamando atenção para a disparidade de forças e para o cronograma e organização a partir da versão dos invasores. O *Jornal Nacional* reservou vários minutos de cada bloco dedicado ao assunto para descrições minuciosas dos equipamentos e rotas de invasão, com o apoio gráfico de um mapa tridimensional. Trata-se de um enquadramento evidente, é claro, em se tratando de uma guerra, mas a ênfase ou fechamento, no caso deste se tornar exclusivo, arrisca a fortalecer o argumento da força, destacando o caráter “inócuo” das gestões contra a guerra e as previsões otimistas do lado mais forte.

Nos telejornais, ainda que em menor escala, também foram relevantes o enquadramento humanista, que sempre evoca as consequências trágicas de qualquer guerra, e o enquadramento econômico, chamando a atenção para o interesse dos EUA nas reservas petrolíferas do país atacado. Estes dois últimos são enquadramentos que permitem uma análise mais crítica da guerra, chamando atenção para a ausência de consenso quanto à legitimidade e os verdadeiros beneficiados pelo conflito. O *Jornal da Globo*, mais crítico e plural em relação ao conflito, reservou bastante espaço para estes enquadramentos.

O enquadramento político, no entanto, que nos atinge mais de perto, esteve pouco presente, a meu ver, nos noticiários de maior audiência da TV aberta. Embora o desrespeito dos Estados Unidos em relação à orientação da ONU, que não é inédito, tenha desta vez repercutido bastante nos meios, uma vez superado este obstáculo com o início dos ataques, ficou em segundo plano a discussão sobre os significados da

condução e legitimidade da invasão e suas conseqüências para a ordem mundial, enquadramento crucial do ponto de vista de um país periférico com pretensões de liderança, ou mesmo autonomia, na política internacional. A discussão sobre os efeitos da doutrina unipolarista adotada na prática pela Casa Branca, e afirmada no atual conflito com o Iraque, carece dos elementos de apelo visual tão caros à televisão, embora tenha um significado dramático em termos do direito e política internacionais. Assim, as rotinas produtivas e os imperativos formais da televisão muitas vezes colocam em confronto forma e conteúdo, exigindo dos emissores perspicácia e criatividade para perseguir enfoques e histórias "ruins de vídeo".

A dependência em relação às fontes oficiais e às imagens geradas pelas emissoras americanas e agências internacionais também se refletiu no tipo de cobertura realizada. Só a *Folha de São Paulo* manteve um correspondente em Bagdá, em parte devido à dificuldade, antes da guerra, de conseguir autorização iraquiana e, uma vez iniciado o conflito, de atravessar as fronteiras. Dado o ritmo industrial da produção jornalística de massa, muitas vezes os desmentidos e enquadramentos conflitantes, revelados dias depois, ganhavam menos espaço que as imagens retumbantes fornecidas pelos assessores oficiais das forças americanas e pelas grandes agências de notícias vinculadas ao conflito.

Apesar desta limitação, os jornais impressos e as televisões a cabo, com destaque para a Globonews, apresentaram uma grande variedade de análises e enquadramentos. A rubrica de O Globo para os cadernos especiais publicados sobre a guerra, por exemplo, deixava claro um distanciamento bastante crítico, chamando o conflito de "a Guerra de Bush".

A cobertura da Globonews chama a atenção, neste sentido, pois adotou, como tem feito para outros momentos relevantes da cobertura, os debates entre especialistas como alternativa para cobrir um conflito cujas imagens e informações foram controladas e limitadas por questões estratégicas e contextuais. A própria dificuldade em obter imagens novas do conflito fez com que os programas jornalísticos tivessem que recorrer consistentemente às análises de especialistas e ao formato de mesa redonda, o que conferiu à cobertura um caráter mais analítico e plural, menos calcado sobre o "boletim de campo" do dia. Assim, a própria carência de boas imagens e histórias, em termos de linguagem televisiva, fez com que o canal de notícias conseguisse dar a dimensão real do significado do conflito para a ordem mundial, através do enquadramento político presente em muitas das discussões. Trata-se de um exemplo em que os recursos do próprio veículo podem ser mobilizados para contornar

o fechamento de informações próprio da lógica da guerra, fornecendo à sociedade mais elementos cognitivos para fundamentar uma opinião pública informada e ativa.

Considerações finais:

A consideração destes pontos básicos em relação ao jornalismo de guerra em geral e ao último conflito do Iraque, em particular, nos fazem retornar ao ponto normativo da reflexão. O papel da imprensa, se quisermos, pode ser o de participar da discussão da sociedade sobre os atos de seu governo, sempre tendo em vista o poder que esta mantém de ratificar ou não suas decisões, manifestando-se eleitoralmente. Dado este poder da opinião pública nos governos representativos, torna-se imperativa a existência de uma pluralidade de enquadramentos, que confirmem os princípios democráticos, cuja legitimidade repousa, justamente, sobre a deliberação. Ou seja, numa democracia, as decisões devem ser tomadas após o livre embate de idéias que podem ser divergentes, com a presença de uma imprensa livre para a circulação e divulgação de tal diversidade.

Uma pluralidade deste tipo pode ser obtida seja externamente, quando vários veículos com diferentes perspectivas circulam numa mesma sociedade, permitindo aos cidadãos escolherem aquele com que mais se identificam, seja internamente, quando os órgãos emissores da comunicação de massa tomam para si a tarefa de "ouvir todos os lados envolvidos", apresentando nos mesmos veículos uma efetiva pluralidade de enquadramentos. Reconhecemos neste último o principal modelo da imprensa livre americana, bem como da brasileira, que vem desde os anos 60 adotando um modelo mais comercial e menos partidário, calcado nos princípios de objetividade e neutralidade do jornalismo norte-americano. Advogar uma imprensa com pluralismo interno, no entanto, coloca aos jornalistas o dilema da cobertura de uma guerra: ouvir, além do "nosso lado", também o "outro lado". Em relação à guerra do Iraque, visto que o Brasil não era uma das nações envolvidas no conflito, e a própria invasão não contou com o apoio oficial do Estado brasileiro, tal objetivo mostrou-se possível. Têm importância analítica ainda maior, no entanto, os veículos da mídia americana que conseguiram expressar em seu noticiário a multiplicidade de enfoques e perspectivas sempre presentes em qualquer conflito.

Referências complementares:

Aldé, Alessandra. "As eleições presidenciais de 2002 nos jornais", *ALCEU Revista de Comunicação, Cultura e Política*, PUC-Rio, v. 3, n. 6, jan./jun. de 2003.

Carlos, Newton. *Bush e a doutrina da guerra sem fim*. Rio de Janeiro, Revan, 2003.

Cohen, Akiba e Wolfensted, Gadi. *Framing the Intifada: people and media*. Norwood, Ablex, 1993.

Gitlin, Todd. *The Whole World is Watching: mass media and the making and unmaking of the new left*. University of California Press, Berkeley/Los Angeles, 1980.

Goffman, Erwin. *Frame analysis*. New York, Harper and Row, 1974.

Hallin, Daniel. *We keep America on top of the world. Television journalism and the public sphere*. Nova Iorque, Routledge, 1994.

Hedges, Chris. *War is a force that gives us meaning*.

Kellner, Douglas. *A Cultura da Mídia*, cap. 6: "A Guerra do Golfo: uma leitura". Bauru, EDUSC, 2001.

Manin, Bernard. "As metamorfoses do governo representativo". In: *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, n. 29, Ano 10, outubro de 1995.

Porto, Mauro. "Enquadramentos da mídia e política". Trabalho apresentado na XXVI Anpocs, 2002.

Reese, Laurence. *Vende-se política*. Rio de Janeiro, Revam, 1995.

www.revistapangea.com.br